



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA**

**Relatoria
27ª Reunião Ordinária da CNAPO**

**Dias 08 a 10 de abril de 2025
Brasília-DF**

08 de abril de 2025

09:00 às 12:00

Relatora: Thábata Bezerra

SAUDAÇÃO DE ABERTURA: Jairan Sampaio (APIB), Kelli Mafort (Secretária Executiva/SG-PR) e Patricia Dias Tavares (CNAPO/SG-PR). Apresentação do ritual do Toré, manifestação religiosa e cultural tradicional dos povos indígenas do Nordeste brasileiro.

MESA 1: Mesa de Análise de Conjuntura

Participantes: Marcelo Fragoso - Chefe De Gabinete da Secretaria-Geral, Elisabetta Recine - Universidade de Brasília (UnB), Gilberto Carvalho - Secretário Nacional De Economia Popular e Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Paulo Petersen - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Moderador(a): Patricia Dias Tavares

Resumo das falas:

Paulo Petersen - ANA: Destaque à Mesa com composição e articulação interconselhos (Condraf, Consea, CNAES, Acampamento Terra Livre - ATL está comprometido com a agenda de inclusão da agroecologia na COP30. “A demarcação é a barreira natural contra o desmatamento”. Descarbonizando, não com parques eólicos ou solares, mas sim com sistemas alimentares, com justiça social. Enfrentamento à emergência climática, má alimentação e desigualdades.

Gilberto Carvalho - MTE: A economia solidária é um projeto de longo prazo e depende da governabilidade; propõe novos padrões de relação entre as pessoas baseados na solidariedade. É preciso desenvolver capacidades pois estamos perdendo espaço. Investir

em comunicação popular e fortalecimento de agentes comunitários. Participação Social. Sociedade civil organizada precisa estar municiada de informações para evitar o desmantelamento das políticas públicas, conquistas da sociedade e seus movimentos.

Elisabetta Recine - UnB: O contexto internacional influencia as questões da soberania e segurança alimentar. Urgência: criar espaços problematizadores e que impulsionam mudanças; Desafios:

1. Agenda internacional: Narrativas sobre sistemas alimentares “do agro” que alimentam a população. Na verdade, estes estão causando o colapso climático, a fome e doenças. Mudança nos sistemas alimentares não para a diminuição da emissão de carbono apenas, mas sim, para a preservação da biodiversidade e da saúde das pessoas. Ações práticas para enfrentar as “insanidades” internacionais. Produção de alimentos adequados e saudáveis, estratégia para definição do destino do Plano Safra (ATER e acesso aos mercados).

2. Plano de Agroecologia: É preciso investir e revolucionar a comunicação, enfrentar as narrativas de que só existe um caminho para a alimentação da população mundial. Fortalecer e expandir uma nova dinâmica de acesso e consumo com estudos e dados científicos.

3. Agenda climática: Há uma manipulação da informação sobre os efeitos das mudanças climáticas. “É preciso falar mais alto” para enfrentar o volume de informações falsas disseminadas. “Não se render ao discurso do fracasso, e sim à prática do sucesso e da vitória”.

Demandas da sociedade:

Intervenção 1: Não basta o governo só lançar programas e editais, é preciso dialogar com as representações das comunidades em seus territórios. Reanimar a militância, diálogo com o povo.

Intervenção 2: A rastreabilidade de produtos agroecológicos: enfraquece ou fortalece o movimento?!

Resposta da mesa:

Comunicação é uma questão fundamental. Articulação, capilaridade, objetividade; Mudanças climáticas: aumentar a incidência na agenda programática da COP30. Articulação entre conselhos sobre segurança e soberania alimentar e transformação dos sistemas alimentares. Apoio à Cúpula dos Povos.

MESA 2 - Informes sobre o Programa ECOFORTE

Participantes: Cláudia Zulmira - Fundação Banco do Brasil (FBB); Luciana Chaves - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Resumo das falas:

Atenção às especificidades de cada região; Melhorar comunicação do projeto; Ações dentro das delimitações financeiras; Aperfeiçoamento dos critérios de seleção; Demanda por edital para redes (advinda da CNAPO).

08 de abril de 2025

14:00 às 18:00

Mesa 1: Construção do Sistema de Monitoramento Integrado

Sistema Integrado de Análise do Efeito das Políticas Públicas na Trajetória dos Sistemas Alimentares dos Territórios.

Participantes: Cinara Del Arco - Consultora; Gustavo Martins - Consultor; Silvio Porto - Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Flávia Londres (SE/ANA).

Repasse da Oficina de Juazeiro 11 a 13/01

Resumo das falas:

Visitas de campo (Sertão do São Francisco, município de Juazeiro e Agroecossistema Marizete); Sistematizações no Sertão do São Francisco; Proporcionaram uma base comum para elaboração participativa das diretrizes; Contribuição dos diferentes olhares para evidenciar e analisar o impacto das Políticas Públicas - PP; Relação entre trajetórias e inovação e PP no desenho dos sistemas agroalimentares; Conjunto de evidências que se apresentam em diferentes escalas; Monitoramento de PP; Pesquisa-ação; Criar processos de apropriação, de modo que a sociedade possa participar da construção da política; Fortalecer autonomia nos territórios; Necessidade de orçamento robusto e prazo curto para atingir metas.

Demandas da sociedade:

Patricia Tavares - CNAPO: Parceria com a CONAB, articulação da política para agentes territoriais de economia solidária, acordo de cooperação técnica por meio da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Ynaiá Bueno - MDA: recurso Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) para monitoramento de informações quantitativas do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e também nos territórios, capacitação e implementação de PP. Parte pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e parte pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Luciana - BNDES: Ecoforte apontado como principal apoiador dos processos de monitoramento. Parceria com *Agence française de développement* (AFD) para investimento financeiro em trâmite.

Chico Oliveira - SENAES/MTE: Agentes de economia popular e solidária como elementos constituintes do Programa de Formação Paul Singer.

Eduardo Soares - CONAB: O Programa Arroz da gente alcança 17 territórios, expandindo para 37 territórios em 17 estados com ações de fomento, estruturação produtiva, meios de comercialização com profissionais de acompanhamento. Em processo de aquisição de máquinas colheitadeiras, contratação de bolsistas. Primeira capacitação de agentes na primeira semana de maio com enfoque na agroecologia, elementos de diagnóstico e elaboração de projetos produtivos.

Mesa 2: Lançamento da Chamada de Apoio aos NEAs

Apresentação técnica:

Leila de Souza Lynch - CNPq: criação e fortalecimento dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs); instrumentalizar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), organizações da sociedade civil, organizações comunitárias, movimentos sociais, demais entidades representativas de coletivos de agricultores familiares e comunidades tradicionais; Critérios: Instituições executoras: Institutos Federais e Universidades Federais, Estaduais ou Municipais; Proponente: cv cadastrado *Lattes* atualizado até a data limite de submissão da proposta (30/05); coordenador do projeto (mín. título de mestre) e vínculo celetista ou estatutário em cargo de professor com a instituição de execução do projeto; Propostas: modelo estruturado; anuência formal; prever entrega de no mínimo 3 atividades (ao longo de 30 meses); limite máx R\$ 300.000,00; capital, custeio e bolsas; 4 modalidades: iniciação ao extensionismo, técnico em extensão (superior e médio), extensão no país, apoio à difusão de conhecimento; Julgamento em 2 etapas: mérito técnico-científico da proposta e relevância social da proposta; Acompanhamento: reuniões de acompanhamento; comissão de acompanhamento e formulário de avaliação; Atenderá aproximadamente 80 NEAs.

Apresentação da história dos NEAs - vídeo da Profa Irene Cardoso da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

José Nunes - ABA: investir na construção das redes de NEAs por 2 motivos: interlocução entre atores sociais e monitoramento de políticas públicas - PP.

Participantes: Ministro Paulo Teixeira (MDA), Kelli Mafort - Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, Marcelo Bregagnoli - Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), Lilian Rahal - Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Tereza Nelma - Secretária Nacional de Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), José Nunes - Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Irene Carvalho da Silva (Assentada do PA Oziel Alves 3) e Wdson Lyncon Correia de Oliveira (Agroecólogo membro do NEA Candombá).

Resumo das falas:

Paulo Teixeira - MDA: baixa nos preços dos alimentos e aumento da produção de alimentos saudáveis. Reforçar a transição para agricultura agroecológica. Pronaf: extensão rural em assentamentos e bolsas para assentados. Extensão agroecológica. Atraso no lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxico (PRONARA).

Irene Carvalho da Silva - Assentada do PA Oziel Alves 3: histórico de luta pela terra em Tocantins, Goiás e DF. Ressalta a importância da atuação dos universitários nos assentamentos, com projetos. Horta mandala, sistema agrocerradense (SACE), projeto de cará moela.

09 de abril de 2025

09:00 às 12:00

Relator: Cristiano Cezar de Oliveira Passos

MESAS DE DIÁLOGOS TEMÁTICAS

Moderação: Patricia Dias Tavares (CNAPO/SG-PR) e Ynaiá Bueno (Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO/MDA)

TEMA 1: INOVAÇÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

Participantes: Vivian Libório (MDA), Raphael Padula (MCTI) e Leomarcio da Silva - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Resumo das falas:

Vivian - MDA: Historicamente o desenvolvimento tecnológico no país não teve centralidade na agricultura familiar. Hoje temos outro entendimento. O Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia (PNPIAF) compõe uma estratégia do governo, foi lançado no meio do Nova Indústria Brasil. Olhar pesquisa e inovação e desenvolvimento com apropriação tecnológica. No âmbito PNPIAF a gente tem um Comitê Gestor, o MCTI compõe esse Comitê, mas nosso diálogo com a sociedade civil se dá através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf.

Raphael - MCTI: Inicialmente explicou como funciona o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. São 15 Fundos Setoriais muito diversos, um deles é o CT Agro. Estamos num contexto muito restritivo (arcabouço fiscal). Pelo CNPq financiamos mais pesquisadores e redes e pela FINEP financiamos mais ICTs e também empresas. O Fundo trabalha com Chamadas Públicas e Encomendas (para ICTs que possuem destaque e singularidade, tem que ser muito bem justificada), também temos a Carta Convite (uma Chamada para poucos atores). Quando pegamos o fundo ele tinha problemas, primeiro estava contingenciado, segundo ele estava balcanizado (governo anterior), tinha 256 encomendas de pouco valor e impacto, foi tudo muito pulverizado. Agora buscamos focar os recursos em 10 Programas. Em alguns desses Programas tem áreas para atender a agricultura familiar, a soberania alimentar. Sobre mudanças na composição: respondemos muitos Projetos de Lei para direcionar o Fundo para algum setor, o Fundo é bastante cobiçado. Temos receio em abrir a discussão para alterar a Lei e isso virar uma porta por onde entra tudo.

Demandas da Sociedade:

Leomarcio da Silva - MPA: direcionar sobretudo ao Raphael (MCTI), algumas questões urgentes. Existe uma leitura de que as coisas que têm sido anunciadas não chegam nos

territórios. Para além dos anúncios que não conseguem se materializar, a CNAPO tem sido um espaço de participação social, na interlocução entre sociedade civil e governo. Na busca de materializar o Planapo. A gente lamenta a ausência do MCTI nos NEAs. No edital lançado vamos conseguir atender 80 NEAs, isso é pouco. Suplementação financeira por parte do MCTI. Outra demanda é como a gente dá passos na inovação tecnológica nos territórios, Programa Nacional de Alimentação e Fortalecimento da Agricultura Familiar (PNPAF), ainda sem orçamento, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT que tem recursos dialoga com a nossa pauta, no CT Agro (Comitê gestor do fundo setorial do agronegócio) especificamente. A gente reforça a necessidade do MDA participar, ter assento, neste espaço de governo. A gente também reforça o Projeto de Lei - PL do Senador Jaques Wagner que direciona 50% do FNDCT para a Agricultura Familiar.

Zaré Brum - MDA: Onde é tomada a decisão sobre a distribuição do FNDCT?

Paulo Petersen - CNAPO/ANA: Queríamos encaminhar aqui o pedido de uma reunião com o SE e a diretoria do FNDCT, para definir os caminhos, existe um Programa, o PNPIAF, definido em Decreto sem definição de recursos. Precisamos definir isso.

Resposta da mesa:

Raphael - MCTI: Os Programas do FNDCT são todos muito transversais para a gente conseguir alocar os recursos. Por exemplo, o Programa 9 tem espaço para alocar recursos para a agricultura familiar na Amazônia, bioinsumos, máquinas, na Amazônia. Vários Programas podem tocar a questão da Agricultura Familiar. Estamos num momento de revisão dos Programas. Nesse momento os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais vão encaminhar pro Conselho Diretor do FNDCT sugestões sobre os Programas. É possível encaminhar, o MDA foi convidado para participar da reunião, vocês podem encaminhar uma proposta por meio do CT Agro por exemplo. Eu posso encaminhar, eu não decido, mas encaminho para onde será decidido isso. Se a reunião for marcada com o Secretário Executivo, me disponho a participar. Acho importante esse tipo de diálogo. Sobre a pergunta do Zaré: Por Lei há arrecadações e cada fundo tem sua legislação própria e específicas. Tem fundo que você não pode tirar empréstimo, tem fundo que pode. Tirando a DRU, que todos têm que contribuir para DRU, uma parte vai para reembolsável, uma parte vai para subvenção, uma parte vai para ação transversal. Isso é previsto em Lei. Tem os compromissos com anos anteriores também, tudo isso vai sendo descontado. Nas ações transversais temos áreas estratégicas que são alimentadas por recursos de vários fundos, uma das áreas é a soberania e segurança alimentar.

Vivian - MDA: A gente está em mais uma etapa dessa construção de uma agenda da inovação com a agricultura familiar. Se a gente de fato quer construir inovação com e para a agricultura familiar a gente precisa estar junto. Então não adianta a gente dizer que tem um projeto lá para a agricultura familiar se a agricultura familiar não tem conhecimento, não tem pertencimento. Precisamos ter condições de materializar essas escutas que estão cada vez mais sistematizadas, mais qualificadas. Não é só na academia que se faz inovação, a agricultura familiar tem feito muitas inovações. As demandas que estão vindo estão cada vez mais qualificadas. Estaremos amanhã na reunião do CTAgrro e iremos colocar lá o que

está sendo decidido aqui: as sementes, as máquinas, os bioinsumos e os NEAs com certeza. Uma agenda prioritária para avançarmos na construção do conhecimento agroecológicos garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

ENCAMINHAMENTOS

- Articulação para agendar encontro com a Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
- Apresentação de demandas na reunião do CTAgro no MCTI
- Garantir encaminhamentos necessários para fortalecer o Política com Ciência

TEMA 2: SOCIOAGROBIODIVERSIDADE

Participantes: Fábio Pacheco - ANA/Amazônia, Luiz Pacheco - MAPA, Maira Smith - Ministério do Meio Ambiente (MMA), Zaré Brum - MDA.

Resumo das falas:

Fabio Pacheco - ANA/Amazônia: Na conservação *on farm*: construção do TR para fortalecer a rede de sementes. Fortalecimento das redes conectadas a um sistema. O PAA sementes é uma ação que é importante mas pouco utilizada e necessita ser fortalecida, principalmente na região norte. Outro problema são as contaminações. Na *ex situ* a demanda pelas sementes com resiliência às mudanças climáticas. A questão das espécies nativas parentes das silvestres. Necessita integração com a rede de sementes e a política de conservação dos recursos genéticos. A lei traz o risco da perda de diversidade das abelhas, que seja separado abelhas nativas e as europeias.

Luiz Pacheco - MAPA: Vários desafios: ampliar o conhecimento sobre o que são os recursos genéticos, várias ações estão previstas com foco na ampliação do conhecimento. Ampliação da base genética ampla e conservada para enfrentar os desafios de segurança alimentar e mudanças climáticas. Diretrizes: fomento, pesquisa, capacitação de profissionais inclusive nível médio, graduandos e pós. Facilitar acesso a informação através de uma plataforma nacional. Necessidade de suporte financeiro, interlocução para a formalização de uma rede nacional de recurso genético, estímulo a redes regionais com participação de todas as redes que existem para resguardo contra a contaminação dos recursos genéticos e facilitação de intercâmbio de material genético. Foi definido um Comitê Gestor, governo e sociedade civil. Foram definidos 5 instrumentos: Um sistema nacional de informações, a Rede Nacional, 3 programas de conservação: *in situ*, *on farm*, *ex situ*.

Maira Smith - MMA: o programa de conservação *in situ* com foco em espécies silvestres importantes para alimentação e agricultura, principalmente as utilizadas pelos agricultores e povos indígenas. O MMA coordena e quer contar com participação da sociedade civil e órgãos do governo, vinculado ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), possuem uma câmara setorial de guardiões da biodiversidade. Uma instância importante para ajudar nesta conservação é a câmara setorial dos guardiões onde indígenas, agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais fazem parte. A conservação *in situ* nas unidades de conservação (UCs) de proteção integral e de uso sustentável: resex,

RDS entre outras, e o plano nacional de áreas protegidas que inclui as UCs, terras indígenas, APPs e territórios quilombolas.

Zaré Brum - MDA: Retrospectiva do processo de construção do termo de referência (TR) junto a vários movimentos sociais que têm tradição histórica no manejo e conservação dos recursos genéticos. Desde 2013 estão no processo de articulação e revisão da política nacional. A partir do lançamento da política em 2024 apoiam um projeto que, a princípio, tinha como objetivo melhorar a ação de conservação de sementes, principalmente feijão e milho. O MCTI entendeu que era importante ampliar o projeto de conservação com as redes e a necessidade de diversificar a estratégia contida na política, incluindo banco de sementes e construir uma estratégia que dialogasse com as estratégias dos guardiões de sementes. Assim, o desenho do TR ficou da seguinte forma: implementar um conjunto de ações complementares para o sistema de manejo e conservação, ampliação da produção de sementes crioulas, a criação da plataforma e avançar no processo de conservação *on farm* e ao mesmo tempo fortalecer as redes. Realização de seminário nacional e regional para envolver os movimentos na elaboração do programa e das ações de manejo e conservação da agrobiodiversidade para promoção da agroecologia. Além destas ações transversais farão o diagnóstico das redes para ampliar os recursos financeiros, para fortalecer os bancos de sementes, capacitação e formação de agentes, apoio a infraestrutura para fortalecer os sistemas regionais, bancos e unidades de beneficiamento de sementes, unidades multiuso e fortalecer a capacidade de produção de sementes com campos de melhoramento participativo. A proposta foi encaminhada para o MCTI com revisão da Embrapa, amanhã será avaliada e a partir daí será a elaboração dos planos de trabalho e retomar a discussão com a subcomissão do CNAPO para apoiar.

Demandas da Sociedade:

Rachel Soraggi - ABD: A associação mantém um banco de sementes e financia os guardiões com recursos próprios. Um testemunho de como o programa é importante e espera que com eles a associação possa continuar o programa de conservação.

Rogério Dias - IBO: Levantou a problemática de ter um ministério cuidando da conservação *in situ* e outro da *on farm*, devido à grande demanda de quem trabalha com a conservação *on farm* que não consegue acessar o banco de germoplasma.

Gabriel Fernandes - Conab: Em abril abrirá chamadas de projetos de sementes crioulas e materiais propagativos procurando vincular segurança alimentar e nutricional (SAN) e biodiversidade, reconhecendo os guardiões, as feiras e casas e bancos de sementes, incluindo forrageiras, adubos verdes e frutíferas, ampliando a diversidade, e a incorporação de raças animais que é um grande desafios para não cair na lógica da uniformização.

Neneide - Unicafe: Como está se dando as relações com estados que já tem lei de sementes crioulas? Quando se fala em comercialização, a maior dificuldade é não ter estrutura para guardar, mas como o governo vai dar estrutura para gente? A gente não planta com veneno. E como a gente vai plantar em julho para colher em outubro, época de chuva? O PAA semente deve ter adequação ao calendário agrícola.

Resposta da mesa:

Maira - MMA: Em relação à política de acesso ao patrimônio genético, um dos termos que está na lei traz alguns direitos específicos aos guardiões da agrobiodiversidade, porque foi reconhecido que as variedades crioulas e as raças incluem dentro de seu patrimônio genético o conhecimento associado, quando se faz acesso também se acessa o conhecimento e, por isso, a importância da repartição de benefícios. No Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) tem uma câmara temática e faço um apelo ao MDA e MAPA e à sociedade civil para avançar na temática para fazer valer o direito, que precisa de uma lista destas variedades crioulas.

Zaré - MDA: Sobre essa questão do TR, o MDA, está entendendo esse processo, a parceria com o MCTI, como um passo dentro de uma estratégia de estruturação de uma política, que em parte é uma política de conservação mas que também tem relação com o próprio PNPIAF, como uma dimensão do processo de transição agroecológica, que o PNPIAF vai buscar consolidar como uma política de governo, permanente, com recursos. Sobre a participação dos governos estaduais e municipais, o passo seguinte será a elaboração dos Planos de Trabalho e as redes terão a possibilidade de mostrar a relação com as políticas estaduais e municipais de sementes e como isso pode melhorar e potencializar as ações previstas no Programa.

Luiz Pacheco - MAPA: A necessidade de interlocução entre as estratégias, estadual e municipal, está prevista na nossa política. O que gerou a necessidade de um Comitê Gestor para gerenciar essa grande conversa nacional. Sobre a questão das sementes crioulas a gente vai precisar da participação de todos, uma articulação entre MDA e MAPA, que são os responsáveis segundo o Decreto da Lei da Biodiversidade, por elaborar essa lista. A gente está à disposição para avançar nesse ponto. A possibilidade de expansão da lista inclui as sementes crioulas.

ENCAMINHAMENTOS:

- Elaboração de Termo de Referência para sistema integrado de manejo, conservação e produção de sementes crioulas;
- Aprofundar conhecimento sobre a minuta do Comitê Gestor e delinear a integração dos três programas de conservação *on farm*, *ex situ* e *in situ*;
- Apoiar a implementação de bancos comunitários de sementes e facilitar o acesso a material genético dos bancos de germoplasma;
- Incluir a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB nas ações de conservação da agrobiodiversidade e fortalecer articulação interinstitucional.

TEMA 3: QUINTAIS PRODUTIVOS

Participantes: Lilian Rahal - MDS, Rejane - Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Patrícia Mourão - MDA.

Resumo das falas:

Rejane - ASA: O Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais, com recursos do MDA, promovem a autonomia feminina, resgate de sementes crioulas, preservação da

cultura, resgate da biodiversidade, fortalecimento das organizações, formação de lideranças femininas, uma produção com olhar agroecológico e uma melhora na alimentação das famílias. Uma diversidade de produção dentro dos quintais, aumenta a renda das mulheres. Mas a gente tem também alguns entraves: burocracia e comunicação (demora para responder algumas questões colocadas, quando demora impacta a execução). A prestação de contas precisa melhorar, o valor das quintais ainda é pouco, valorizar a questão dos intercâmbios entre as mulheres. Se a gente melhorar a vida das mulheres, a gente melhora a vida da família. Nosso desafio é transformar esse programa em política. A gente precisa que tenha recursos, hoje a gente tem 10 mil, pouco pros resultados, precisamos de mais. A gente precisa de uma inovação técnica, intercâmbios, encontros, comunicação e sistematização.

Patrícia Mourão - MDA: Vamos trazer o balanço e as perspectivas que temos para 2025. (Apresentação) Números dos instrumentos de parceria, 2023-2025, 29 projetos, 7.210 mulheres beneficiadas. Distribuição de recursos 20 milhões em 2023, 17 milhões em 2024, 30 milhões em 2025. maioria na região nordeste 4.577, Norte 1.266, prioridades do edital. Caracterização de entregas, aquilo que vai ficar com as mulheres nos quintais, são kits de estruturação (sistemas de irrigação, cisternas, produção de hortas...) construídos a partir das necessidades das mulheres. Isso associado às formações, e intercâmbios. Também temos entregas de uso coletivo, Grupos produtivos e organizações sociais. As organizações também estão conseguindo se estruturar durante a vigência do projeto. Previsão para 2025: 520 mulheres, 7,5 milhões do MDA.

Lilian Rahal - MDS: Nós em 2023 na Marcha das Margaridas assumimos um compromisso para apoiar os quintais. (apresentação). Apoiaremos a partir do Programa Cisternas e do Programa Fomento Rural. A gente executa sempre em parceria com a sociedade civil. O primeiro é entender quais são os modelos, quais são as expectativas das mulheres, e como a gente pode adaptar as políticas que temos, como trabalhar com a assistência técnica que temos, especificamente com mulheres e agroecologia. Articular o Fomento Rural com o Pronaf e a demanda colocada versus o orçamento disponível. Queria colocar mais um desafio, um olhar específico, como as tecnologias que temos de água, tem toda uma estrutura de bem estar da família, especialmente as mulheres, como a gente vai fazer as demandas das mulheres caber nas políticas e orçamentos que temos. E aí a sociedade civil também tem um papel. Os quintais envolvem complexidades, temos cada bioma. Se a gente entende que os quintais não se restringem à dimensão produtiva, como disse a Rejane, é uma política, não se pode reduzir a um Programa. Precisamos pensar de forma conjunta uma Política de quintais. Temos estabelecido um diálogo bem bacana.

Demandas da Sociedade:

Jaqueline Santos – ANA Amazônia e FASE: O orçamento para os quintais (10 mil por quintal) poderia não ser aplicado apenas diretamente no quintal, porque necessita também de custeio e o recurso é pouco. Precisa sair do programa e virar política para resolver. Sobre as cisternas: MDA apresentou as cisternas e onde será executado, no baixo amazonas teve uma seca extrema e estas famílias não foram contempladas, pergunta se vai ampliar as ações e outra pergunta é sobre o material que será utilizado porque plástico não funciona porque é um material frágil.

Laércio Meirelles - Rede ECOVIDA: Eu quero expressar, que eu estou impressionado com a timidez dos recursos que estão sendo colocados. A gente fica aqui aplaudindo. Ecoforte ontem, 300 mil projetos, os NEAs, 80 projetos, hoje os quintais com poucos recursos. Queria apenas deixar registrado em ata. Não é surpresa a baixa aprovação do governo no momento.

Ricardo Padilha - MCTI: Amanhã vai haver a reunião do CTAgro, se tiverem assento seria bom participarem, se não tiverem devem reivindicar.

Resposta da mesa:

Lilian Rahal - MDS: Tivemos cortes grandes no orçamento e esperamos conseguir recompor os recursos ao longo do ano. Estamos em diálogo com o Fundo Amazônia para avançar com a tecnologia de água naquela região, em diálogo com o Conselho Nacional de Saúde (CNS), na mesma perspectiva que a gente já trabalha no semiárido. Queremos trabalhar com a FASE - Solidariedade e Educação também para ter atividade produtiva e assistência técnica chegando junto com a água.

Patrícia - MDA: Questão da concepção dos quintais, não há uma padronização porque a gente sabe que existe uma diversidade. Sobre o orçamento, a prestação de contas: Em parte tem o desafio por parte do governo para agilizar os processos, mas e a sociedade civil? também está preparada para lidar com esses instrumentos? Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC? Temos visto muitas dificuldades. O orçamento da Secretaria hoje é 53 milhões, 50% desse orçamento já está comprometido com os quintais.

ENCAMINHAMENTOS:

- Modelar e sistematizar o que já existe na política e sua articulação com outras políticas;
- Considerar as dimensões do trabalho produtivo/reprodutivo e a diversidade brasileira;
- Construir metodologias experimentais para a concepção da política;
- Utilizar o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) para formação das organizações e articular melhor as iniciativas existentes.

Dia 09 de abril de 2025

14:00 às 18:00

Auditório Freitas Nobre (Anexo IV da Câmara dos Deputados)

Mesa de debate: “Agroecologia como caminho para o combate à fome, às desigualdades e às mudanças climáticas”

Organização:

- Frente Parlamentar Mista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome no Brasil (FPSAN)
- Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)
- Núcleo Agrário do PT na Câmara

Gravação disponível em: <https://www.youtube.com/live/XFAxf21ktyw>

Dia 10 de abril de 2025

09:00 às 12:00

Relatores: Thelma Mendes Pontes e Cristiano Cezar de Oliveira Passos

MESAS DE DIÁLOGOS TEMÁTICAS

Moderação: Patricia Tavares (SG-PR/CNAPO) e Joelma (MDA).

TEMA 1 – SITUAÇÃO ATUAL DO SETOR DE ORGÂNICOS NO MAPA

Participantes: Rachel Soragi (ABD) e Katia Mizuta (CPOR/MAPA)

Resumo das falas

Rachel Soraggi - ABD: Agricultura orgânica deve estar no MAPA com maior orçamento. E o orçamento existente hoje deve ser utilizado para a agricultura orgânica e não para a recuperação de pastagens. Hoje há um distanciamento imenso entre governo e sociedade civil, não falta vontade da sociedade civil em construir junto, mas não há diálogo com o governo. A câmara temática não funciona mais, quem está lá não sabe do histórico e não entende as demandas. O resultado da desestruturação do MAPA é a desarticulação dos produtores orgânicos que já não aguentam a burocratização e a certificação que não é acolhedora e ainda é punitiva a quem está fazendo a agricultura certa. Outro problema é a contaminação por Organismo Geneticamente Modificado (OGM) do milho, a contaminação por drone e avião o MAPA não quer fiscalizar. Ou há mudanças ou o movimento orgânico irá partir para o enfrentamento, o que queremos é sermos escutados e respeitados como uma agricultura que resolverá os problemas das crises atuais.

Katia Mizuta - CPOR/MAPA: Estamos em uma fase difícil dentro do MAPA. Hoje quem está conduzindo o tema da Agricultura Orgânica é nova e inexperiente, mas mesmo assim estão trabalhando com muito afinho nos estados. Espero que no futuro o ministério seja um parceiro forte para evoluir e avançar mesmo que haja uma agenda antagônica de agrotóxicos e etc., mas eu acredito que a paridade de atenção entre orgânicos e convencionais vai acontecer, não agora, mas com o tempo. A Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI) está sem equipe, mas acredita que aumentará o fluxo para dar continuidade às certificações. A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) ficou com controle e fiscalização em 2024 e houve um aumento médio de 10% do número de produtores no cadastro, de 19% de certificações e 4% de

Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), Organizações de Controle Social (OCS) e Comissão de Produção Orgânica (CPORg) fez resgatar as Núcleo de Suporte à Produção Orgânica (NUSORG) nos estados após as equipes terem sido desfeitas e acredito que estamos conseguindo estruturar novamente a equipe estadual. Esta foi uma das ações mais importantes. Houve melhoria no cadastro nacional, no Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica (SigOrg) onde são aportados os dados dos agricultores que não funcionam desde 2016. Para substituir a planilha excel, servidores do MAPA estão sendo treinados para auxiliar no cadastramento das OCSs.

Demanda da Sociedade:

Rogério Dias - Instituto Brasil Orgânico: Recomeçar o processo trazendo novas proposições e reivindicou uma proposição muito forte da reunião com relação aos orgânicos.

Cecile Follet - CNPOrg: Mais apoio para a certificação dos agricultores, num processo mais simplificado. Solução para os agricultores que estão sem certificação por causa da deriva de agrotóxicos. Rever a obrigatoriedade de se plantar sementes e mudas orgânicas, porque não há oferta para o tanto de demanda. Cobrar resposta do MAPA às demandas enviadas via Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Não reconhece a efetividade da separação, feita pelo MAPA, entre fomento e certificação e falta fomento à produção orgânica.

Francisco Auri - Contraf : Reivindica que o setor de orgânicos seja competência do MDA e não do MAPA. Para fortalecer a institucionalidade do MDA e não correr risco de ser extinto novamente.

Laércio Meirelles - ECOVIDA: A CNAPO deve se debruçar em uma estratégia a se tomar agora e entender o que o MAPA está fazendo na CIAPO e CNAPO.

Amália Marques - FBSPG: Falta de financiamento e orçamento para o setor de orgânicos. Fortalecer os bancos de sementes para suprir a demanda de mudas e sementes orgânicas.

Resposta da mesa:

Katia Mizuta - CPOR/MAPA: Fará um esforço para ter mais escuta do MAPA e rever as questões das sementes e mudas na lei. Necessita de *feedback* diário de todos para saber o que está acontecendo no MAPA e que será iniciada a campanha nacional de promoção da agricultura orgânica.

ENCAMINHAMENTOS:

- Promover espaço de diálogo com a direção do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA para apresentar as demandas do setor orgânico;
- Cobrar celeridade no retorno às solicitações encaminhadas pela CPORg (Comissão Nacional de Produção Orgânica);
- Solicitar à Secretária Kelli/SG-PR a convocação de reunião com secretários executivos do MDA, MAPA, MS e Casa Civil para reestruturação das ações sobre orgânicos.

TEMA 2 – PLANO SAFRA

Participantes: José Henrique - SAF/MDA e Paulo Petersen – ANA.

Resumo das falas:

Paulo Petersen – ANA: Em 2003 por proposição do CONSEA inicia-se o plano safra da agricultura familiar negociado ano a ano com os movimentos. Várias conquistas foram incorporadas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e a mudança na lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) mas essencialmente o Plano safra como um todo continua sendo produtivista (milho e soja transgênicos etc). São 9 bilhões de reais por ano e boa parte subsidia agrotóxico e transgênico, o que é contraditório com o Planapo que está defasado na questão orçamentária. Em 2023 houve uma audiência com Paulo Teixeira 2 bilhões do Pronaf para o PAA e no fomento dos quintais produtivos. De dois anos para cá veio a crise de alimentos, perdemos dois anos de possibilidade de mudança. Criou-se um grupo de trabalho (GT) que articula os 4 colegiados. Importância de criar conselhos dentro da CNAPO para alinhar as iniciativas. Se não, o pronaf irá continuar do mesmo jeito. Discutir os outros que não só o Pronaf agroecologia e fazer com que o Pronaf agroecologia funcione para não haver contaminação dos sistemas agroecológicos .

José Henrique - SAF/MDA: 2014 no âmbito desta comissão, criamos o PRONAF agroecologia, os bancos queriam saber quem estava em transição agroecológica, uma definição difícil. Hoje são 2% ao ano para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) agroecologia, para a outra modalidade são 6% ao ano. A Portaria nº 38 SAF MDA de 04 de julho de 2014, define o que não pode ter no projeto de crédito. Esse debate é exclusivamente para fins de crédito. O PRONAF agroecologia não abarca toda agroecologia, tem agroecologia também no PRONAF Custeio e em outras linhas. O PRONAF além do PRONAF agroecologia para poder abarcar tudo que tem haver com o tema. Tentando avançar com os agentes financeiros que precisam estar preparados para atender a Portaria 38. Hoje são 14 instituições financeiras que operacionalizam o PRONAF. Precisa avançar na extensão rural. Técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) trabalhando em conjunto com instituições que financiam o PRONAF, precisa ter projetos de transição agroecológica para serem apresentados aos operadores de crédito. Para a política de créditos avançar precisa ter outras ações juntas como ATER.

Demanda da Sociedade:

Fabio Pacheco - ANA Amazônia: A ATER é um gargalo para tudo, inclusive o crédito. É preciso discutir, ainda neste governo, a Agência Nacional de ATER, ela não é uma boa estratégia. O Pronaf Agroecologia não está sendo procurado, porque os bancos não são simpáticos à essa linha e se você faz o recorte da Amazônia o cenário é ainda pior, precisa facilitar. Precisamos ter outras possibilidades de crédito para agroecologia, o Ministro precisa entender isso.

Aní - ONG Proveg: Apresentou dados do MAPBiomas e da Embrapa. 80 milhões de hectares com previsão de uso. Vai ter dinheiro para financiar essa produção (agroecológica) para baixar os preços?

Rachel Soraggi - ABD: Ter uma mesa de discussão sobre ATER. A gente precisa se aprofundar, estudar e fazer propostas.

Neneide - CNAPO: O crédito deveria ir direto para as cooperativas de produção. Como a gente cria uma política que nos receba como agricultor. Não adianta ter uma linha de crédito que não chega na base.

Luciano Silveira - Rede ATER Nordeste: aponta que o Banco do Nordeste (BNB) possui melhores indicadores do que o Banco Central (BC). Aponta a contradição posta pelo governo, onde cresce os recursos para o crédito e cai os recursos para ATER.

Resposta da mesa:

Paulo Petersen – ANA: Precisa distribuir melhor os recursos do Plano Safra. Colocar a transição agroecológica no Plano Safra e transição agroecológica no PRONAF. A gente não quer que o dinheiro do PRONAF aumente para financiar bancos. O problema é sistêmico, não existe articulação entre as políticas do MDA.

Jose Henrique - SAF/MDA: A gente tem que brigar para que o dinheiro chegue pra aquilo que a gente quer, não tirar dinheiro do PRONAF para outra política. Plano Safra 2025 foi reduzido financiamento para soja, milho e trigo e aumentado para arroz e feijão. 1 milhão de contratos no microcrédito no PRONAF B. Quais são as alterações que precisamos fazer? Ações pontuais dentro do crédito tiveram resultado. Crédito para cooperativas, estão funcionando, mas que dobramos o número de cooperativas financiadas, com menos crédito. Isso sinaliza uma melhora, pois o financiamento está chegando nas menores. Plano Safra não é crédito apenas. Estamos pensando em todas as ações da Agricultura familiar.

ENCAMINHAMENTOS:

- Formação de Grupo de Trabalho específico entre diferentes conselhos para elaboração de propostas
- Debate sobre Assistência Técnica e Extensão Rural voltada à agricultura familiar e agroecologia
- Desenvolvimento de sugestões para alteração das condições de financiamento da agroecologia no Plano Safra
- Reorganização do orçamento para financiamento de políticas complementares ao crédito rural

TEMA 3 - BIOINSUMOS

Participantes: Rogério Dias - Instituto Brasil Orgânico (IBO), Mariana - SEAB/MDA, Eduardo Guatimosim - MDA

Rogério Dias - IBO: A pauta aqui na CNAPO não se reduz à discussão da Lei. A questão dos insumos é extremamente importante pra gente. Sempre foi muito difícil encontrar os insumos da agroecologia. Os NEAs necessitam clareza do seu papel para modificar a visão do técnico e do estudante. A Lei de bioinsumos foi proposta pelos ruralistas, tivemos uma disputa, tivemos algumas melhorias, mas tem um monte de pontos complicados. Agora precisamos regulamentar e cabe à SDA do MAPA que está desmontando o setor de

orgânicos. A Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR) precisam incidir. Esse processo precisa ser conduzido pela Casa Civil para que a discussão não fique restrita.

Mariana - SEAB/MDA: O conhecimento não está voltado para as cadeias da agricultura familiar. Inicialmente pensamos em criar um programa específico, mas decidimos no momento compor o Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bionsumos coordenado pelo MAPA. Participamos com a Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB) e a Subsecretaria de Agricultura Familiar (SAF). Durante o debate da Lei muita coisa ficou pra ser regulamentada pra depois e agora chegou esse momento. Pontos de atenção: produção de uso próprio, definição, ter um cadastro. Boas práticas, MDA se colocou para regulamentar unidades de produção de bio insumo ligadas a Ag Familiar.

Eduardo Guatimosim - MDA: Conselho de Bioinsumos, estamos conseguindo fazer algumas discussões, de uma maneira geral o foco está nos produtos a base de microrganismo. Podemos ter ambientes contaminados, isso nos preocupa. A Casa Civil está conduzindo. Garantir que não tenha empecilhos para o que a gente já faz. Olhar para os outros pontos como crédito e assistência que está na lei e vai ser regulamentado. Questão do transporte é outro ponto de atenção, o MAPA já indicou que tudo precisa ser embalado, por exemplo, e sabemos como isso é complicado.

Demanda da Sociedade:

Rogério Dias - IBO: precisamos ficar atentos pois essa lei veio para atender os interesses dos grandes produtores e ela pode interferir na vida de todo mundo, e as regulamentações, manuais e normas podem colocar na ilegalidade muita gente que tradicionalmente trabalha com agroecologia.

Odete - EMBRAPA: Essa lei é um absurdo. Temos que ter a lei para agricultura familiar, se juntar com o MAPA é uma tragédia.

Cecile Follet - CNPOrg: Como fazer para ingressar nesse Grupo de Trabalho? No RS o MST tem investido bastante nisso, na Biofábrica e na distribuição. A gente trabalhou durante anos para construir conhecimentos que são apropriados pelo agronegócio e agora a gente pode ser penalizado.

Leomarcio da Silva - MPA: propor criar alinhamento CNAPO-MDA e definir metodologicamente como encaminhar isso (incidência na regulamentação da Lei).

Rachel Soragi - ABD: crítica às regulamentações, padrões, essa coisa de boas práticas, depois vamos ter que brigar pra tirar isso da Lei? Para nós os produtos nunca podem reverter em renda, só podem ser trocados.

Amália Marques - FBSPG: O medo é a gente ser proibido de fazer as nossas coisas, nossos bancos de sementes, nossas caldas, nossos biofertilizantes. A gente pode ser prejudicado, até onde o MDA pode fazer alguma coisa?

Resposta da mesa:

Mariana - MDA: A participação no GT é imprescindível, temos que nos unir para incidir.

Rogério Dias - IBO: Espero que a gente tenha percebido a importância. A gente tem que dar muita atenção nesse processo.

ENCAMINHAMENTOS:

- Manifestação do interesse da CNAPO em participar do Grupo de Trabalho que está em vias de ser criado pelo MAPA via portaria interna
- Incidir na regulamentação da Lei para garantir que contemple as especificidades da agricultura familiar e agroecológica
- Restabelecer a Subcomissão Temática de Bioinsumos para aprofundar discussões técnicas e propor melhorias
- Promover diálogo intersetorial sobre ATER, capacitação e crédito para produção e uso de bioinsumos

Dia 10 de abril de 2025

Relatores: Thelma Mendes Pontes e Cristiano Cezar de Oliveira Passos

14:00 às 18:00:

TEMA 1 – COP30

Participantes: Paulo Petersen - ANA, Jorge Santana - SG-PR e Rafael Dias – Secretária de Articulação e Monitoramento (SAM/Casa Civil)

Moderador(a): Paulo Petersen - ANA

Resumo das falas:

Paulo Petersen - ANA: Como vamos posicionar a agroecologia no debate climático? Não estamos conseguindo entrar no debate ou ser ouvido com qualidade mesmo sendo um tema tão importante. Como está sendo pensado a construção da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). Pistas para nossa participação nessa COP.

Jorge Santana - SG: Como estamos pensando a participação da sociedade civil na COP: diretrizes – fortalecer a participação social na COP, antes e durante o evento, conectar a zona oficial da COP com as demais atividades que vão acontecer na zona verde, espaço criado pelo país que recebe a COP. Antes da COP: escuta da sociedade civil: diálogo com os ministérios, seminário preparatório para a sociedade civil, fazer encontros estaduais, plenária da juventude nos biomas, escuta das vozes da Amazônia, plataforma Brasil Participativo, diálogo com a sociedade civil internacional, apoio a iniciativas autônomas da sociedade civil e encontros da sociedade civil com negociadores brasileiros. Durante a Conferência: participar da definição de critérios de seleção de representantes da sociedade civil para compor a delegação brasileira, contribuir com estrutura e curadoria da sociedade civil, coordenação de feiras com ministérios e sociedade civil, mapeamento e calendário das iniciativas da sociedade civil e conexão com espaços formais de COP30. Conclusão: deseja criar um espaço participativo contínuo antes e depois da COP, conexão entre sociedade civil

e espaços formais da conferência e inclusão. 11 organizações da sociedade civil vão compor um grupo de trabalho junto com representantes da COP.

Rafael Dias - SAM/Casa Civil: Esta tem que ser uma COP que marque a participação da sociedade civil porque as últimas foram com pouca participação social e, que a COP31 leve algo desse legado. O governo federal está se organizando em alguns planos de trabalho, algumas áreas já definidas onde a agroecologia ainda não chegou: a negociação do texto final da COP, a agenda de ação – como o texto da negociação vão ser implementados e o terceiro é a participação do governo federal, o quarto item é a mobilização e participação social que o Jorge já apresentou. A agenda de ação é um caderno de 100 iniciativas que juntam os países para negociar financiamento e boas práticas. Pode haver um auxílio da sociedade civil para transformar a demanda da sociedade em propostas brasileiras para a agenda de ação. Para isso temos um desafio inicial que é de capacitação, temos que aproveitar este ano para colocar na boca da sociedade civil os termos corretos e a compreensão do que é a COP30. A CNAPO pode pedir uma capacitação para a sociedade civil. A grande entrega do Brasil será o Plano Clima, proposta de mitigação e redução dos efeitos das mudanças climáticas pela agropecuária. O Plano Clima esta consulta pública. Colocar em evidência as contribuições da sociedade brasileira para o texto.

Patrícia Tavares - CNAPO: seminário como será e como a sociedade civil poderá participar?

Paulo Petersen: dinâmica interconselhos dos sistemas alimentares. peço as organizações para apresentar o que estamos pensando para a COP30.

Fabio Pacheco - ANA Amazônia: mostrar a mobilização da sociedade civil com a cúpula. Criando um ambiente onde haverá diálogo da sociedade e pretende ter diálogo com o governo e que o governo reconheça a cúpula, que traz tudo o que a gente gostaria que estivesse na pauta central da COP.

José Nunes - ABA – Congresso Brasileiro de Agroecologia: desde o CBA no Rio temos o eixo agroecologia e mudanças climáticas com a ANA. Na preparação para o CBA de Juazeiro está sendo pensando a estratégia articulada entre este eixo e a COP. A carta final do CBA dialogando com a COP. Eventos articulados em outubro: CBA e CONDRAF

Samuel Carvalho - CONDRAF: perspectiva de mudanças estruturais na forma de produção, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional e da recuperação e preservação dos biomas. Desde que a CONDRAF retornou, uma das tarefas que assumiu foi fazer sua segunda conferência, que será em outubro, onde o eixo transversal será: mulheres, juventude e povos e CT. Além de conferências territoriais, estaduais e a nacional em outubro na perspectiva de fazer um evento descentralizado com etapa digital. E levar o que for levantado para a COP ou cúpula dos povos.

Fabio Pacheco - ANA Amazônia: apresentou a iniciativa que é o mapeamento de experiência de agroecologia e incidência climática que inicia do site do agroecologia em rede no próximo mês, para inserir o debate da agroecologia de forma mais ampliada a partir e com os territórios. Dialogando e construindo os conhecimentos que serão mapeados. Perspectiva de estabelecer os desafios. Passo a passo: 1 mapear experiências 2 analisar e divulgar os resultados no CBA e na cúpula dos povos.

Marcia - SNSAN – plano clima estamos com as consultas públicas abertas e está faltando proposições. Houve sessões online com o observatório do clima. E deve ser discutido com o mesmo interesse da COP e da cúpula. COP 30 – o governo demorou muito para se articular e a nível de governo as informações estão dispersas e fica difícil realizar tudo com participação. Sistemas alimentares estão no plano de ação como uma das agendas da zona verde na COP. Plano clima prioridade 1. Nós somos exemplo com o que temos de política.

Demanda da Sociedade:

Any - PROVEG – comissão para alimentação saudável na COP30 para que boa parte da alimentação na COP seja da agricultura familiar e agroecológica. O CONSEA recomendou isto numa carta e agora a CNAPO e a CONDRAF precisam fortalecer esta carta.

Jaqueline Santos – ANA Amazônia –. Precisa haver capacitação sobre a linguagem das mudanças climáticas. Mas há problemas nesta construção porque temos uma sociedade civil organizada para contribuir e não é pela plataforma online que isto vai acontecer. Precisamos olhar para a agroecologia na floresta Amazônica para trazer para a CNAPO. Estamos construindo a cúpula dos povos para dialogar sobre o que é a emergência climática...não podemos deixar colocarem a agroecologia e a agricultura orgânica na mesma caixa do agronegócio.

Jairã Sampaio - APIB: Na reunião da CNAPO, também teve representação do governo apresentando a COP, parece que é um movimento, e a gente não está conseguindo se articular. Carta, com nossas demandas para municiar nossos negociadores na COP

Ynaiá Bueno - MDA: Os Ministérios se reuniram para trocar as proposições entre os ministérios. Discussões no MDA: Questões de gênero, mulheres, FBB já tem espaço garantido precisamos nos articular com eles, Embrapa e BNDES também. Criar estratégias para incidir nas consultas em andamento. tem um curso sobre a COP30, feito pelo MMA em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que está aberto.

Vilenia Aguiar - CONTAG: Estamos nas caixinhas, cada uma que vem e fala me deixa mais confusa. Como a gente pode construir uma formação. A gente nunca discutiu clima nesse espaço, quanto mais o Plano Clima. Qual é a nossa estratégia?

Silvio Porto - CONAB: Em princípio é muito bom termos um Plano Clima. Mas que Plano? Atenção às falsas soluções. Quais setores da sociedade civil que sentam a mesa e tem incidência? Papel e força do Congresso.

Resposta da mesa:

Jorge Santana - SG: Estamos em diálogo com os organizadores da cúpula, o que é desafiador pelos desafios logísticos. O seminário acontecerá em maio com as lideranças da sociedade civil, e será híbrido para haver maior participação.

Rafael - Casa Civil: Está em tempo, tem que ver como se organizar e onde incidir. Muita gente falou em incidir na negociação e eu acho que vocês estão certos. Mas não se pode perder de vista a Agenda de Ação (a implementação), seja mostrando o que está sendo feito, seja para conseguir financiamento. Alguns pontos aqui estão com a Secretaria

Executiva da COP (SECOP), o que está sendo discutido aqui precisa chegar neles (questão das feiras, da alimentação). Sistemas alimentares e agricultura é um grande tema. Três grandes COP: Clima, Biodiversidade e Desertificação. A agroecologia dialoga com as três. Justiça climática também o Brasil sempre puxou esse tema e vai querer trazer exemplos. Foram feitas críticas à ferramenta de consulta do Plano Clima, mas esse governo tem abertura para discutir e ajustar isso. Sobre o Plano Clima, ele será um Plano vivo. Qual é o melhor que podemos fazer agora.

Patrícia - CNAPO: entender a COP como um processo: Conferência, CBA já são espaços.

Jairã Sampaio - APIB de tirar uma carta, formar um grupo para encaminhar. CNAPO fazer um compilado do que está acontecendo de formação para conseguir espaços.

Paulo - ANA: Ainda dá tempo. Fizemos sim um debate sobre o clima há dois anos atrás, mas não encaminhamos nada. A questão da formação é importantíssima. De mão dupla para sociedade entender o que o governo está construindo e para o governo entender o que estamos construindo. Fazer uma oficina, um diálogo. A gente está construindo um Plano Safra e queremos ver como dialoga com o Plano Clima. A questão climática e alimentar andam juntas.

ENCAMINHAMENTOS:

- Discussões preparatórias para a conferência, incluindo a organização do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e a elaboração de uma Carta de posicionamento
- Estabelecimento de sistema de monitoramento para acompanhar os desdobramentos e definições iniciais

TEMA 2 – PAA SEMENTES

Participantes: Joelma - SAF/MDA, Naiara - CONAB, Gabriel - CONAB, Silvio Porto - CONAB

Resumo das falas:

Joelma - SAF/MDA: Apresentou números do edital anterior. Para o novo terá uma contratação para plataforma inicial de recebimento (depois vai para o Transfere Gov). Edital novo (ver apresentação). Continua sendo um Termo de Fomento. Edital novo no final de abril. Semiárido fica fora desse edital pois terá uma chamada específica.

Naiara - CONAB: PAA Sementes e materiais propagativos. (ver apresentação). É um programa de garantia de segurança alimentar e nutricional (foco). Sobre materiais propagativos a oferta e demanda ainda não estão ajustados. Formulário com informação dos recebedores mais detalhado. Permitia intermediadores, agora só órgãos federais poderão (Fundação Cultural Palmares - FCP, FUNAI e etc). Priorização de alimentos da cesta básica.

Gabriel - CONAB: Já permite que raças crioulas sejam compradas pelo PAA semente. Proposta GT CNAPO, definir critérios para que o PAA sementes possa trabalhar com raças crioulas.

Silvio Porto - CONAB: Em maio abre para recepcionar novos projetos, esse ano serão 35 milhões para sementes crioulas. BNDES e Fundo Amazônia, já tem aval do Comitê Técnico, estamos próximos de assinar o “Florestas e comunidades Amazônia Viva”. - Eixos: 1) sócio produtivo (Investimento não reembolsável, projetos de até 2 milhões de reais, pesquisa e ater podem estar associados ao projeto até 50%). 2) estruturação de uma rede de informação de produtos agropecuários e da sociobiodiversidade (da visibilidade, qualificar essa informações); 3) formação e comunicação (apoiar organizações, exemplo jovens comunicadores da ASA) visibilidade maior para essas experiências e processo formativo de acesso a políticas públicas) e 4) fortalecimento das regionais da CONAB.

Paulo Petersen - ANA: São exemplos de experiências anteriores. Sabemos o quanto tem sido difícil modelar esse Programa, mas agradecer o MDA pelo empenho. O Programa Amazônia Viva é uma cria do EcoForte enquanto laboratório.

AGENDA DAS PRÓXIMAS REUNIÕES:

Patricia Tavares - CNAPO: apresentou uma proposta de agenda

Manifestação das pessoas presentes:

Rogério Dias - Instituto Brasil Orgânico: definir data sem acompanhar plano safra, reunir antes do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) ser aprovado (fazer articulação com parlamentares), utilizar também o “agroecologia em rede” para divulgar as informações da CNAPO.

Fabio Pacheco - ANA Amazônia: Acompanhar as atividades da Cúpula dos Povos.

Cecile Follet - CNPorg: Pensar uma das reuniões em algum Território.

Vilenia Aguiar - CONTAG: Garantir pelo menos uma tarde para a reunião das mulheres.

Fabio Pacheco - ANA Amazônia que a sociedade civil tenha também um espaço após a Reunião. Que a reunião termine de manhã e que a tarde seja livre para convívio.

Patricia Tavares - CNAPO: ver o que tem de política nos estados, fortalecer os estados é importante, BA, SE e PI.

Cecile Follet - CNPorg: lembrar do material produzido pela ABA para as eleições.

ENCAMINHAMENTOS:

- Próxima reunião de 3 a 5 de junho
- Terceira reunião de 2 a 4 de setembro.
- Quarta reunião indicativa: de 2 a 4, ou de 9 a 11 de dezembro.

ENCAMINHAMENTOS POR TEMÁTICAS:

Inovação para agricultura familiar e agroecologia

- Articulação para agendar encontro com a Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
- Apresentação de demandas na reunião do CTAgro
- Garantir encaminhamentos necessários para fortalecer o Política com Ciência

Socioagrobiodiversidade

- Elaboração de Termo de Referência para sistema integrado de manejo, conservação e produção de sementes crioulas
- Aprofundar conhecimento sobre a minuta do comitê gestor e delinear a integração dos três programas de conservação on farm, ex situ e in situ
- Apoiar a implementação de bancos comunitários de sementes e facilitar o acesso a material genético dos bancos de germoplasma
- Incluir a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB nas ações de conservação da agrobiodiversidade e fortalecer articulação interinstitucional

Quintais Produtivos

- Modelar e sistematizar o que já existe na política e sua articulação com outras políticas
- Considerar as dimensões do trabalho produtivo/reprodutivo e a diversidade brasileira
- Construir metodologias experimentais para a concepção da política
- Utilizar o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil 3 MROSC para formação das organizações e articular melhor as iniciativas existentes

Situação atual do Setor de Orgânicos do MAPA

- Promover espaço de diálogo com a direção do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA para apresentar as demandas do setor orgânico
- Cobrar celeridade no retorno às solicitações encaminhadas pela CPorg (Comissão Nacional de Produção Orgânica)
- Solicitar à Secretária Kelli a convocação de reunião com secretários executivos do MDA, MAPA, MS e Casa Civil para reestruturação das ações sobre orgânicos

Plano Safra

- Formação de Grupo de Trabalho específico entre diferentes conselhos para elaboração de propostas
- Debate sobre Assistência Técnica e Extensão Rural voltada à agricultura familiar e agroecologia
- Desenvolvimento de sugestões para alteração das condições de financiamento da agroecologia no Plano Safra
- Reorganização do orçamento para financiamento de políticas complementares ao crédito rural

Lei de Bioinsumos

- Manifestação do interesse da CNAPO em participar do Grupo de Trabalho que está em vias de ser criado pelo MAPA via portaria interna

- Incidir na regulamentação da Lei para garantir que contemple as especificidades da agricultura familiar e agroecológica
- Restabelecer a Subcomissão Temática de Bioinsumos para aprofundar discussões técnicas e propor melhorias
- Promover diálogo intersetorial sobre ATER, capacitação e crédito para produção e uso de bioinsumos

COP 30

- Discussões preparatórias para a conferência, incluindo a organização do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e a elaboração de uma Carta de posicionamento
- Estabelecimento de sistema de monitoramento para acompanhar os desdobramentos e definições iniciais

Agenda de Reuniões

- Próxima reunião de 3 a 5 de junho
- Terceira reunião de 2 a 4 de setembro.
- Quarta reunião indicativa: de 2 a 4, ou de 9 a 11 de dezembro.